

ARTIGO

RELIGIÕES, LAICIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS CULTURAIS PARA O TRABALHO EM SALA DE AULA

RELIGIONS, SECULARISM AND HISTORY TEACHING: CULTURAL DIALOGUES FOR THE CLASSROOM WORK

CARLOS ANDRÉ SILVA DE MOURA*

JULIA RANY CAMPOS UZUN**

RESUMO

Há décadas os debates sobre a História das Religiões têm ocupado espaços em diversos ambientes. No entanto, as discussões na educação básica ainda são vivenciadas de modo periférico ou com ênfase em doutrinas específicas. Neste artigo, analisamos as propostas para a inserção das discussões sobre as religiões no ensino de História, especialmente, como temática que colabora para a construção das alteridades, a formação da cidadania e o combate às intolerâncias. A partir da História Cultural, apresentamos propostas para que os debates em sala de aula valorizem a historicidade e as representações culturais, com a promoção de um debate plural. Neste sentido, concluímos que a inserção desta temática na educação básica é fundamental para a formação dos cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Religiões; Currículo; Cultura e Educação.

ABSTRACT

For decades, the discussions about History of Religions have occupied space in different areas. However, the debates on basic education are still encountered on almost only peripherally or with stress upon specific doctrines. In this article, we analyse the proposals to the insertion of the arguments about religions in History teaching, particularly like a

* Carlos André Silva de Moura é pós-doutor e doutor em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de História da Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5584-1398>

** Julia Rany Campos Uzun é doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Educação Básica da Rede Privada de Campinas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8073-296X>

topical that contribute to otherness construction, citizenship formation and countering religious intolerance. Stem from Cultural History, we present proposals that make classroom debates promote the historicity and the cultural representations, encouraging a plural debate. In this regard, we conclude that the input of this theme in basic education is fundamental to the education of citizens.

KEYWORDS: Religions; School curriculum; Culture and education.

Impõe-se a necessidade de compreender o outro atrás de seus véus e templos, rituais e orações. Entender aspectos e a originalidade das religiões, as formas de mobilização e como se situam no tempo e no espaço, é tarefa urgente dos professores e educadores preocupados com a tolerância fundamental para o respeito entre pessoas e memória histórica (SILVA, 2015, p. 206).

Os debates sobre parte da História das religiões no ambiente escolar ainda não são compreendidos como temáticas que integram o cotidiano educacional. Em diversas oportunidades, as discussões sobre as representações religiosas, as suas práticas, os diálogos com o sagrado e a sua historicidade são negligenciados para efetivar um discurso que tem o objetivo de se “evitar polêmicas”.

Tal posicionamento nos leva a classificar algumas discussões sobre as religiões como temas sensíveis no Ensino de História, especialmente, em discussões sobre as crenças, cultos e devoções nas diversas temporalidades. As narrativas em relação a tais conteúdos abordam questões privadas, que em muitas oportunidades envolver posicionamentos familiares, de docentes e gestores educacionais, além das afinidades com as práticas culturais e ações de líderes religiosos. No entanto, devemos enfatizar que tais

competências são garantidas por vários componentes curriculares¹ da educação básica, como abordagens fundamentais para a formação dos cidadãos.

Neste sentido, acompanhamos uma longa discussão sobre a viabilidade da inserção do componente curricular de Ensino Religioso na educação básica ou a necessidade destas discussões serem inseridas em áreas como a História, a Sociologia ou a Filosofia. Os diálogos foram realizados na esfera federal, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas também em unidades locais com os planejamentos curriculares dos estados e municípios.

Neste artigo, debatemos sobre a inserção dos conteúdos sobre as Religiões no currículo do ensino de História, demonstrando as necessidades da construção de uma proposta que valorize a compreensão da sua historicidade e das representações culturais em sala de aula. Para isso, apresentamos uma proposta para a realização de tais discussões como uma competência para a História e as áreas afins.

Para o desenvolvimento do texto, foram levadas discussões sobre a importância da manutenção da laicidade em sala de aula, a necessidade dos debates sobre as diversas crenças, a construção das alteridades e a legislação em torno da temática. Neste sentido, desenvolvemos um diálogo que tem como principal proposta compreender os vários caminhos para os “usos” e “abusos” sobre as religiões no ambiente escolar.

É importante destacar que não pretendemos traçar um roteiro acabado ou um plano de ação para as atividades de ensino entre os docentes

¹ Utilizamos o termo componente curricular para substituir a nomenclatura de disciplina.

de História, mas iniciar os debates para que os conteúdos sobre as religiões sejam abordados a partir de uma perspectiva plural. Desta maneira, enfatizamos que as discussões sobre a temática serão realizadas a partir de um posicionamento teórico, metodológico e educacional, evitando assim, interesses devocionais ou de negações institucionais específicas.

Ensino de História e Religiões na Educação Básica

A cada ano, os assuntos relativos a religiões têm conquistado espaço nos diversos ambientes de debates. São filmes, novelas, documentários, reportagens e livros relacionados aos fenômenos religiosos, especialmente, aqueles pouco explorados pela mídia de massa de uma sociedade majoritariamente cristã. A incidência das religiões, na vida dos cidadãos, também é confirmada a partir dos números apresentados no último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstrou o crescimento da diversidade religiosa no Brasil, contabilizando 92% da população que se declara pertencer a algum grupo (BRASIL, 2010).

Mesmo que os últimos dados do censo tenham demonstrado uma redução no número de católicos, com 64,6% da população, percebe-se um crescimento em outras práticas religiosas, especialmente, dos cidadãos que se declaram evangélicos. Em 2010 o total de declarantes deste grupo foi de 22,2%, sendo 60,0% de origem pentecostal, 18,5% evangélicos de missão e 21,8% evangélicos não determinados². Outros grupos também

² Reproduzimos as nomenclaturas utilizadas pelo formulário do IBGE. No entanto, em nossas análises preferimos utilizar o termo de Evangélicos para os grupos, com o objetivo de evitar hierarquizações ou distinções históricas. Sobre o assunto, conferir BELLOTTI, 2011.

apresentaram crescimento, a exemplo dos espíritas, que saíram de 1,3% em 2000 para 2,0% em 2010 (BRASIL, 2010).

As discussões sobre as religiões também estão presentes nas rodas de conversas familiares, especialmente, nos diálogos sobre os eventos nacionais ou internacionais que envolvem organizações ou personagens de determinadas denominações. A realização de manifestações voltadas para uma devoção, um período de peregrinação no oriente, incêndio em um conhecido monumento católico, ações de grupos paramilitares em nome de uma fé, intolerância religiosa no Brasil, acordos políticos internacionais, discursos inflamados de personalidades eclesiásticas ou manifestações públicas são exemplos de eventos que todos os dias estão presentes em diversos telejornais.

No Brasil, os debates sobre a temática também se intensificaram, na área jurídica, desde o dia 01 de fevereiro de 2012, quando foi protocolada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI/4439), que teve como requerente a Conferência dos Religiosos do Brasil e relator o Ministro Luís Roberto Barroso, que solicitava medida cautelar a fim de que os membros do Supremo Tribunal Federal – STF – interpretassem, a partir do artigo 33, *caput* e §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.394/96, “[...] para assentar que o ensino religioso em escolas públicas só pode ser de natureza não confessional, com proibição de admissão de professores na qualidade de representantes das confissões religiosas [...]” (BRASIL, 2010a). As discussões levantaram querelas sobre a condução do ensino no espaço da educação formal, a organização das propostas confessionais, as diversas crenças existentes em sala de aula, o exercício da liberdade de pensamento, o direito de crer ou de não crer dos discentes (CUNHA, 2013).

Como pode ser observado no artigo XVIIIº da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, a liberdade de pensamento, de consciência religiosa e a diversidade de crença faz parte da dignidade humana. Segundo o documento, elaborado para distribuição em diversos espaços, deve-se defender a liberdade religiosa “[...] principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados”. Ainda segundo o texto da declaração:

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009).

O fragmento da declaração é uma das principais passagens sobre a necessidade de reafirmação do direito da liberdade de pensamento, especialmente, na área das religiões. Para Rui Rodrigues, nos últimos anos, a partir dos diversos veículos de comunicação e informação, o campo religioso foi um dos principais espaços de manifestações da intransigência e intolerância. O autor lembra que o mesmo documento reforçou a necessidade de que “a educação deve ter, entre suas finalidades, o fomento da compreensão, tolerância e amizade entre nações e grupos raciais ou religiosos” (RODRIGUES, 2019).

Mesmo com a existência de declarações e legislações que possibilitam os debates igualitários sobre as religiões, a organização do processo de ensino e aprendizagem possui uma importância fundamental para os debates em torno da temática. Os diversos espaços educacionais devem ser compreendidos como lugares de pensamento crítico e

aprendizagem transdisciplinar sobre os fenômenos religiosos nas sociedades. Sendo assim, é preciso um ensino com interpretações universais e diálogos aprofundados para que possamos compreender o sagrado em cada cultura. Para Gilbraz de Souza Aragão, no contexto do século XXI, o ensino sobre as religiões não pode ser compreendido como parte da expansão das igrejas ou como educação religiosa, mas deve ser observado como ponto fundamental para a formação cidadã (ARAGÃO, 2017).

Os debates sobre as religiões, no componente curricular de História, não podem ser atrelados a uma interpretação única, que direcione os questionamentos para uma compreensão devocional dos eventos sociais, políticos ou culturais. O ensino ou as pesquisas sobre as religiões que, por exemplo, direcionem-se exclusivamente para as categorias do cristianismo e do seu desenvolvimento no interior da História do Ocidente, arrisca-se a desconsiderar a compreensão sobre as alteridades em diversas localidades e temporalidades. Sendo assim, neste contexto, o cristianismo, ou qualquer outra crença, não deve ser compreendido como *a religião*, mas apresentado aos discentes como *uma religião* em meio a tantas outras (AGNOLIN, 2013).

Partindo do mesmo princípio de respeito à diversidade, como os apresentados na “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”³ destaca a importância da educação para a formação do respeito à herança cultural das sociedades. No documento, os representantes da UNESCO enfatizaram que a satisfação das necessidades básicas da educação atribui à sociedade a possibilidade e a responsabilidade de “[...] respeitar e desenvolver a sua

³ Documento aprovado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em 1990, na Tailândia, tendo o Brasil como um de seus signatários.

herança cultural, linguística e espiritual [...] e de ser tolerante com os sistemas sociais, políticos e religiosos que difiram dos seus, assegurando respeito aos valores humanistas e aos direitos humanos comumente aceitos [...]” (UNESCO, 2010). Neste sentido, as religiões devem ser compreendidas como parte integrante de uma cultura diversa, composta pelas artes de fazer de um grupo social (JUNQUEIRA, 2017).

Para Eulálio Figueira, no período contemporâneo, o estudo das religiões também tem a função de tornar os homens “[...] menos inumanos ou menos cruéis”, uma vez que também pode discutir sobre as formas de discriminação, autonomia, valores, tradições, símbolos, indivíduos, coletividades, singularidades e pluralidades (FIGUEIRA, 2008, p. 149). Devido à diversidade de temas, os estudos sobre as religiões não estão limitados a História, mas podem ser promovidos pelas diversas áreas do conhecimento das ciências humanas.

Mesmo que tenha o caráter facultativo, o ensino religioso foi amplamente debatido durante a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com atuação de organizações civis contrárias e favoráveis à manutenção da disciplina na educação básica⁴. Com uma ampla proposta de unidades temáticas, objetivos de conhecimentos e habilidades para os nove anos do ensino fundamental, o documento tem enfoque nas identidades e alteridades, nas manifestações religiosas, nas crenças religiosas

⁴ Em alguns Estados do Brasil, o ensino religioso é um componente curricular de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, mas com matrícula facultativa.

e filosofias de vida, com fundamentação epistemológica direcionada para as Ciências da Religião⁵.

Dentre as determinações da BNCC para o ensino religioso, as principais propostas versam sobre as seis competências específicas que devem direcionar o ensino desse componente curricular. Em primeiro lugar, o documento enfatiza que se deve oferecer conhecimento sobre as características que estruturam os variados movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de seus pressupostos éticos, filosóficos, científicos e estéticos, levando à sua compreensão, respeito e valorização a partir de saberes e experiências em diversos espaços, temporalidades e territórios.

Também se deve demonstrar que o cuidado de si, do outro, da natureza e do coletivo é uma expressão do valor da vida, auxiliando no convívio com a diversidade de pensamentos, modos de vida e de crer. O documento orienta para a problematização, debate e posicionamento frente aos discursos de intolerância, violência religiosa e discriminação, analisando as relações entre os campos da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia e da saúde, com a garantia do exercício dos direitos humanos, da cultura da paz e da cidadania (BRASIL, 2018).

No entanto, nota-se que parte das discussões elencadas no documento não leva em consideração a formação histórica e a constituição cultural das religiões. Nesse sentido, visualizamos que as propostas da BNCC para o ensino religioso entendem o seu objeto de estudo a partir de uma estrutura comum, mesmo na variedade dos fenômenos que buscam

⁵ Utilizamos a nomenclatura adotada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Alguns Programas de Pós-graduação, no Brasil, adotam o termo Ciências das Religiões, como na Universidade Federal da Paraíba.

transcender a própria história. Ainda assim, as competências da proposta são distantes de um ensino confessional, especialmente, dos trabalhos que têm como foco uma história do cristianismo (BRASIL, 2018).

Ao analisar as querelas em torno da construção do documento da BNCC, especificamente para a área da história, Marcos Silva destacou como os seus elaboradores desconsideraram o sentido do ensino para a área. Para o autor, “[...] o Ensino de História é consciência de si, que não renuncia à consciência sobre os outros – outros homens e mulheres, outras épocas e outros espaços; enfatizar algumas experiências negligenciadas não significa fomentar novas negligências” (SILVA, 2018, P. 1007).

Deste modo, consideramos que no tempo presente, enfatizar aspectos que foram negligenciados por pesquisas na área da História não é fomentar novos esquecimentos. Deste modo, os debates sobre o ensino de história, que estejam direcionados para as discussões sobre as religiões, têm a responsabilidade de interromper silenciamentos impostos a partir de diversos modelos educacionais.

Através da compreensão do ambiente escolar como parte integrante da sociedade, tais discussões estão presentes nos planejamentos anuais, nos planos de ensino, nas discussões em salas de aula, nas reuniões dos docentes e nos diálogos durante os intervalos. Em uma sociedade diversa como a do Brasil, as dúvidas, as inquietações temáticas e os preconceitos também estão inseridos no espaço educacional. No entanto, temos percebido que as discussões sobre a História das Religiões ainda são trabalhadas de forma secundária entre os componentes curriculares.

Em sua grande maioria, os conteúdos que abordam as religiões nos livros didáticos estão resumidos, por exemplo, ao poder da Igreja durante a

Idade Média, à Reforma Protestante, Contrarreforma Católica ou à catequização dos jesuítas no período colonial brasileiro. Alguns outros temas são inseridos em suplementos, como os “Textos Complementares”, mas sem um aprofundamento necessário.

Durante a execução do projeto, “Linguagens para o ensino da História”⁶, aplicamos um questionário entre os discentes do ensino médio de uma instituição pública⁷ da cidade de Nazaré da Mata – PE⁸. Durante as atividades foi solicitado que os discentes respondessem 10 questões sobre o ensino de História e os debates em torno das religiões. Entre as indagações, foi perguntado se “Durante o ano letivo de 2018, algum componente curricular (disciplina) realizou debates sobre a História das Religiões?”.

Entre os 31 discentes do 1º ano do ensino médio que participaram da coleta de informações, 32% responderam que debateram sobre temáticas que envolveram as religiões em 2018 e 68% não vivenciaram as discussões. Para o 2º ano do ensino médio, entre 25 respostas obtidas, 60% informaram que vivenciaram as discussões em 2018 e 40% não tiveram a oportunidade de dialogar sobre os assuntos. Para o 3º ano do ensino médio, no universo de 34 discentes, 94% participaram de debates sobre as religiões e 6% não vivenciaram as discussões em 2018.

Nota-se que as indicações da efetivação dos debates sobre as religiões aumentam a partir do 2º ano do ensino médio. É importante

⁶ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). Processo nº N° BIA-0101-7.05/18.

⁷ Por questões éticas serão resguardadas todas as identificações da instituição de ensino, discentes, docentes e gestores.

⁸ Município localizado na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, localizada a 65 km da cidade do Recife.

lembra que muitos discentes do 1º ano são oriundos de instituições de ensino municipais, de cidades próximas ou da zona rural. Tal questão compromete a ampliação das temáticas, uso de textos complementares ou mesmo efetivação dos debates existentes no livro didático.

Ainda na mesma questão, perguntados quais os assuntos foram trabalhados, os discentes das três turmas responderam com temas como politeísmo, cristianismo, protestantes, persas, Egito, Igreja Católica e Idade Média. Os assuntos apontados estão limitados aos conteúdos indicadas nos livros didáticos utilizados pela instituição escolar. Sendo assim, é possível compreender que temas como intolerância religiosa, alteridades ou combates aos preconceitos foram discussões que não tiveram espaço no planejamento escolar.

Reconhecemos que este silenciamento também parte dos limites dos livros didáticos, das exigências dos processos de seleção para o ingresso nas universidades e da falta de formação dos docentes ainda nas graduações das ciências humanas. Também compreendemos que os livros didáticos são materiais com limites, que não atendem a todas as realidades e necessidades. No entanto, questões como essas não podem ser negligenciadas, uma vez que colaboram com a constituição das identidades de crianças e jovens em formação⁹.

⁹ Em 2016 a redação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM teve como tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”. Dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP demonstram que nesse ano 291.806 inscritos tiraram nota zero ou tiveram a sua redação anulada. Do total apresentado, 206.127 não compareceram no segundo dia de prova ou entregaram a redação em branco. Os outros inscritos receberam zero pelos seguintes motivos: Fuga ao tema: 46.874 inscritos, parte desconectada 13.276 inscritos, cópia de texto motivador: 8.325 inscritos, texto insuficiente: 7.348 inscritos, não atendimento ao tipo textual: 3.615 inscritos e ferir direitos humanos: 4.798 inscritos. (BRASIL, 2016).

O material didático utilizado em sala de aula, especialmente o livro, deve ser compreendido como um documento que apresenta parte de uma escrita da História, com representações e narrativas sobre os eventos abordados. Os docentes devem atuar como historiadores, produtores do conhecimento e críticos das verdades estabelecidas para o trabalho cotidiano. Sendo assim, é preciso identificar, analisar e compreender os silenciamentos dos conteúdos nos materiais utilizados nos espaços educacionais, com a construção de novos significados para o ensino da História.

Do mesmo modo, os documentos normativos da educação básica ainda carecem de um diálogo com as necessidades cotidianas dos discentes. A Base Nacional Curricular Comum, por exemplo, pode ser compreendida como um “elenco de temas consensuais, admitindo referências tímidas a África, mais que tímidas em relação a Ásia, omissa no que se refere a Oceania” (SILVA, op. cit., p. 1012). Alinhado a tal pensamento, ampliamos tais afirmações e identificamos as omissões da legislação para temáticas voltadas para os debates sobre as religiões.

Os debates desenvolvidos em sala de aula colaboram com a elaboração e reafirmação das identidades, que não podem se resumir a um grupo ou denominação. Neste sentido, compreendemos a relação da História, enquanto ciência e componente curricular, com o estudo sobre as religiões, enquanto conceito e objeto de pesquisa, como pontos fundamentais para o trabalho em sala de aula.

Deve-se compreender que as percepções sobre as religiões são construídas a partir das relações sociais vivenciadas no cotidiano. Nenhum indivíduo nasce católico, protestante, espírita ou do candomblé, são os

ensinamentos, as relações sociais, o compartilhamento de uma cultura (tradição) que pode constituir-lo como integrante desses grupos (BELLOTTI, op. cit.). Do mesmo modo, ninguém nasce com preconceitos religiosos, mas a falta de um diálogo e o ensino da não tolerância colabora para a formação desses discursos. Nesse sentido, visualizamos a importância do espaço escolar para o combate de posicionamentos agressivos em relação à coexistência dos grupos.

Por esses motivos, apresentamos propostas que podem contribuir com a inserção de temáticas sobre as religiões no ensino de História, especialmente na educação básica, colaborando para a efetivação de uma prática plural na contemporaneidade. O objetivo não foi reforçar a proposição da instituição da disciplina de ensino religioso, mas apresentar meios que reconheçam a importância dos debates sobre a História das Religiões de modo (trans/inter/pluri) disciplinar, com a finalidade de promover a compreensão dos eventos sociais, políticos e culturais em diversas temporalidades e inseridos no componente curricular de História.

As práticas religiosas, as devoções, as representações eclesiais, a relação da religião com a mídia, o diálogo inter-religioso, a política e a economia, em torno dos movimentos devocionais, são algumas das temáticas que têm preocupado os historiadores em suas pesquisas. No entanto, tais investigações ainda estão resumidas ao ambiente do ensino superior, sem a preocupação da interpretação destas problemáticas para o trabalho na educação básica.

Para Eliane Moura da Silva (2015), o estudo das religiões no ambiente escolar contribui com a prática da tolerância, do respeito entre as pessoas e a preservação da memória histórica. É nesse sentido que os

debates sobre a História das Religiões colaboram com a construção das experiências individuais e o reconhecimento da sua formação social, política e cultural.

Para o desenvolvimento dos debates que utilizem a historicidade e compreenda as representações culturais das religiões, precisamos compreender que: I. Todas as religiões têm singularidades culturais e importância histórica; II. As religiões possuem igualdades e não podem ser abordadas a partir de uma hierarquização; III. Em sala de aula, o estudo sobre as religiões deve ser realizado de modo teórico e conceitual, evitando um ensino devocional e o proselitismo de determinado grupo, uma vez que as escolas não são os espaços adequados para o ensino das práticas devocionais e IV. As religiões são construções históricas e representações de uma cultura, então, apresentam particularidades fundamentais para a sua compreensão (SILVA, 2010).

Por uma História Cultural das Religiões em sala de aula

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela consolidação dos estudos culturais como proposta de abordagem teórica para as pesquisas na área da História. As discussões estiveram presentes nas investigações sobre as manifestações sociais, o patrimônio, a educação, as religiões, o ensino de história, dentre várias outras temáticas importantes para os debates nas ciências humanas.

Especificamente sobre o estudo das religiões, a História Cultural tem contribuído para que pesquisadores analisem o seu objeto a partir de temporalidades e especificidades específicas. Nesse sentido, os fenômenos

religiosos devem ser tratados como eventos condicionados a uma historicidade, evitando, assim, generalizações conceituais e interpretações atemporais (SILVA, 2010).

Com esta forma de análise, os eventos religiosos e as suas definições conceituais passaram a ser compreendidos de modo plural, a partir de abordagens próprias para a construção das suas narrativas. A História Cultural colaborou para a interpretação da construção do fenômeno religioso, sendo possível que os pesquisadores compreendam como os eventos foram construídos, representados, pensados e lidos pela sociedade em que está inserido. Tal proposta é fundamental para a formação de um conceito amplo para o termo religião, que não deve se resumir a uma crença no divino, visão de mundo ou relação com o sagrado (SILVA, op. cit).

O conceito de religião pode ser observado a partir de um conjunto de códigos, crenças, práticas, modos de pensar e agir, comportamentos e artes de fazer relativos a um grupo historicamente identificado e em uma cultura específica. Sendo assim, é possível oferecer legitimidade à construção histórica das religiões e às suas particularidades, fundamentais para pensarmos os eventos em determinadas localidades e periodicidade.

Os estudos culturais também contribuiram para o desenvolvimento das análises descentralizadas sobre as religiões. Neste sentido, os debates se voltaram para outras temáticas, não apenas cristãs, com observações de grupos pouco trabalhados no ambiente escolar, a exemplo dos budistas, hare krishnas, muçulmanos ou mesmo as religiões afro-brasileiras ou afro-ameríndias. Do mesmo modo, também foi possível avançar nas discussões “além-muros”, com o redirecionamento do olhar do historiador para outros espaços de devoções, cultos e negociações com o sagrado. Para Karina

Bellotti, “[...] a História das Religiões deve atentar não somente para a história das instituições religiosas, mas também considerar que o fenômeno religioso há muito ultrapassou os muros físicos e simbólicos de tais instituições” (BELLOTTI, 2011, pp. 29-30).

É a partir do olhar cultural que temos a oportunidade de compreender que as religiões não possuem práticas padronizadas e que mantêm negociações com a cultura em que estão inseridas. Por isso, deve-se compreender que “[...] toda religião é um produto histórico, culturalmente condicionado pelo contexto e, por sua vez, capaz de condicionar o próprio contexto em que opera [...]” (MASSENZIO, 2005, p. 149).

A História Cultural parte do princípio que não existe uma constituição homogênea para as religiões, assim como a composição de um processo histórico puro para este objeto de estudo. As religiões são “inventadas”¹⁰ a partir das negociações, das questões políticas e teológicas, das características locais que negociam com a ortodoxia de cada grupo e das manifestações populares que atribuem sentido aos fenômenos em algumas localidades. Por isso, enfatizamos a importância de substituir os conceitos instituídos no singular por abordagens plurais, uma vez que entendemos a diversidade da formação histórica de cada grupo (BELLOTTI, op. cit.).

O reconhecimento da pluralidade dos conceitos tem reflexos diretos nas atividades em sala de aula. Compreender que as religiões são diversas, que se utilizam dos aspectos culturais e que são resultados das construções sociais de cada grupo, colabora com a elaboração de uma visão

¹⁰ Utilizamos o termo invenção a partir da abordagem de criação e elaboração histórica e cultural do evento analisado.

de mundo plural por parte dos discentes. Reconhecer a diversidade do outro é entender que a crença individual não pode ser utilizada como argumento para a legitimação de uma superioridade, construção de mundo isolado ou para disputas de espaços. A formação de uma abordagem plural sobre as religiões coopera com a constituição de alteridades fundamentais para a formação dos indivíduos, especialmente, em momentos em que parte da violência física e simbólica é justificada por diferenças de crenças.

Os trabalhos que reconhecem a pluralidade conceitual das religiões só foram possíveis a partir de uma análise que reconhecesse a íntima relação entre a história, a religião e a cultura. Para Antonio Paulo Benatte, a aproximação entre os três conceitos é tão necessária que é difícil “[...] imaginar a história religiosa abstraída do campo da história cultural” (BENATTE, 2014, p. 63). O resultado desta abordagem colaborou com a compreensão da valiosa contribuição de áreas como a Antropologia para a História das Religiões, especialmente, a partir de uma análise das suas práticas e representações.

A partir das abordagens culturais realizadas pelos pesquisadores das religiões, o objeto de estudo deixou de ser compreendido como um ponto oriundo da natureza humana e passou a ser analisado como eventos com construções sociais, políticas, econômicas e culturais na história da humanidade. A questão é uma das principais distinções entre as propostas da fenomenologia¹¹ e da História Cultural das Religiões, uma vez que as análises históricas têm a preocupação de localizar a historicidade do seu

¹¹ Corrente que compreende as religiões como um fenômeno universal e humano. Em contrapartida, a História Cultural das Religiões analisa o seu objeto de estudo como uma construção histórica e uma invenção cultural.

objeto de estudo. Foi neste sentido que diversas temáticas, como os estudos sobre o catolicismo ou protestantismo, passaram ocupar o mesmo espaço de importância com outros grupos religiosos.

Sendo assim, compreendemos que os estudos sobre a História das Religiões devem ser estruturas nas ideias que promovam o respeito à diversidade como prática cidadã. Com esse olhar, as religiões devem ser tratadas como:

[...] parte importante da memória cultural e do desenvolvimento de todas as sociedades. Desse modo, ensinar religiões (e não uma religião) na escola não deve ser feito para defesa de uma delas, em detrimento de outras, mas discutindo-se princípios, valores, diferenças e tendo em vista – sempre – a compreensão do outro (SILVA; KARNAL, 2002, p. 9).

Nota-se que um dos pilares do trabalho com as religiões, em sala de aula, é a importância da compreensão da sua diversidade, a partir de abordagens teóricas, com a efetivação de um ensino laico, a valorização da pluralidade e da igualdade entre as diferentes crenças. A construção destas narrativas será fundamental para a formação do pensamento histórico diverso, invalidando conceitos hierárquicos como o de “sincretismo religioso”, que parte da premissa de que existem religiões “puras”, “hibridismo religioso”, que parte da noção de que duas ou mais religiões “puras” deram origem a uma nova religião e que, como um “híbrido cultural”, não pode se modificar ou se reproduzir, ou de “seitas”, que pode ser utilizado para classificar religiões ditas “inferiores” (SILVA; KARNAL, op. cit., p. 9).

A problematização dos conceitos, em sala de aula, é importante para se evitar análises etnocêntricas, europocêntricas e colabora com a formação

de questionamentos fundamentais para a compreensão de um mundo globalizado. É necessário repensarmos o nosso posicionamento enquanto docentes das ciências humanas, especialmente, do componente curricular de História, com o objetivo de cooperar com a conscientização da responsabilidade social dos discentes e os caminhos para a melhoria do mundo com um olhar múltiplo (PINSKY; PINSKY, 2015).

Nesta perspectiva, os estudos também contribuem para reivindicações sociais da atualidade. Nas últimas décadas diversos projetos parlamentares no Brasil, com objetivo de instituir políticas públicas fundamentais para a sociedade, como os debates sobre gênero, direitos das mulheres, ou mesmo a aprovação de projetos que flexibilizaram o porte de armas ou questionaram o Estatuto da Criança e do Adolescente, foram impostos a partir do considerável aumento do capital político dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica.

As propostas de integrantes do parlamento também contribuíram para o desenvolvimento de uma discussão sobre o fim do caráter laico dos espaços escolares, com projetos que tinham o objetivo de instituir parte de uma educação devocional. De tal modo, pode-se compreender que nos últimos anos a laicização e o secularismo no Brasil passou por uma reconfiguração que busca atender necessidades específicas, com interesses políticos e religiosos (QUEIROZ, 2019).

É importante lembrar que tais projetos são fundamentais para os debates educacionais, uma vez que muitas das propostas estão diretamente relacionadas à manutenção da laicidade, independência e liberdade de pensamento no ambiente educacional. Assim como na política, parte das concepções para a área de ensino, que muitas vezes é contraditória à

afirmação das diversidades, atende a estratégias corporativas de grupos específicos do universo religioso atual (QUEIROZ, 2019a).

A partir dos diálogos apresentados, podemos nos questionar: I – Quais as propostas para os trabalhos sobre as religiões no componente curricular de História na educação básica?; II – Como promover um diálogo plural entre os discentes? e III – Como realizar uma discussão ampla com recursos didáticos muitas vezes limitados?. Tais interrogações são inquietações de diversos docentes para a construção dos seus planejamentos, especialmente, por nos referimos a um campo de estudo sensível e que aborda problemáticas nem sempre tão simples de serem dialogadas.

Para a efetivação destas propostas é fundamental a promoção de formações continuadas entre os docentes, com discussões sobre a diversidade cultural, como a compreensão da pluralidade religiosa. Neste sentido, devem-se pensar estratégias que atendam às várias demandas e respeitem a heterogeneidade dos educadores, discentes e instituições de ensino, mas que tenham o compromisso com um debate ético e fundamentado nos princípios de uma formação holística (JUNQUEIRA, op. cit.).

Evitamos utilizar a proposta da construção de “linguagens alternativas” para o ensino da História, uma vez que o termo pode ser compreendido como ideias para serem executadas de modo paralelo a uma recomendação oficial. A inserção dos debates e pesquisas sobre as religiões no ensino da História deve ser efetivada como atividade integrante do planejamento, para que sejam respeitadas as temporalidades das temáticas e as análises narrativas e conceituais sobre cada assunto.

Como exemplo das nossas afirmativas, podemos enfatizar que muito se debate sobre a inserção da cultura afro-brasileira em sala de aula como uma linguagem alternativa. No entanto, não podemos reforçar que a História de uma das principais influências formativas da nossa cultura seja abordada a partir de aspectos alternativos do ensino. Estas afirmativas estão presentes, por exemplo, nas dificuldades de implementações práticas das leis nº 10.639 e nº 11.645, como forma de produção de materiais didáticos utilizados em sala de aula.

Milton Silva dos Santos (2016) analisou como as religiões de matrizes culturais do mundo religioso afro-brasileiro são silenciadas nos livros didáticos e nas formações dos docentes. Mesmo que a nossa identidade esteja diretamente conectada com a História do Continente Africano, os debates em torno deste aspecto cultural são minimizados pelas abordagens que os manuais e educadores atribuem ao conteúdo. Emudecer o diálogo sobre as religiões afro-brasileiras está diretamente relacionado ao conceito de religião adotado pelo material ou profissional de educação, compreendendo o termo a partir de uma abordagem singular, atemporal e desconectada da cultura em que está inserida.

Por este motivo, para os trabalhos iniciais sobre as religiões em sala de aula, como docentes sensíveis ao cotidiano de cada membro do espaço educacional, é preciso compreender o que os discentes têm a nos informar sobre as suas religiões, as suas identidades ou crenças. Dificilmente o material didático utilizado nas salas de aulas apresentará as particularidades dos estudantes, inviabilizando assim um debate histórico sobre as suas devoções e a formação das suas religiões. Consideramos que é necessário construir significados para o ensino de História, com o conhecimento das

narrativas que envolvem cada participante do processo de ensino e aprendizagem.

Milton Silva dos Santos (2016) demonstrou as dificuldades de estudantes de escolas municipais de São Paulo para visualizarem as suas práticas religiosas debatidas em sala de aula. Temáticas como candomblé, macumba ou umbanda eram negligenciadas por falta de (in)formação dos docentes, disponibilidade de materiais didáticos fundamentais para a promoção das discussões ou preconceitos que são resultados da falta de conhecimento sobre o assunto.

A mesma problemática, referente ao reconhecimento e à construção de identidades, está presente em outras práticas religiosas como o islã, budistas, judeus e devoções menos populares no Brasil. Com o processo de globalização, a reconfiguração das fronteiras e a circulação de grupos de diversas localidades no país, são fundamentais os debates sobre as religiões e religiosidades para a diminuição dos preconceitos.

Nos resultados de um dos questionamentos realizados aos discentes da escola estadual citada no início dos nossos debates, perguntamos se “Durante a sua vida escolar você já identificou a sua religião incluída nos debates em sala de aula?”. No universo de 31 discentes do 1º ano do ensino médio, 42% responderam que sim e 58% que não visualizaram a sua religião nos debates escolares. Para o 2º ano do ensino médio, no universo de 25 respostas, 76% responderam que sim e 24% que não conseguiram enxergar os debates sobre as suas devoções. Finalmente, para o 3º ano do ensino médio, no universo de 34 discentes, 88% responderam que sim e 12% que não enxergaram os debates durante as discussões nos vários componentes curriculares.

Mais importante que os números apresentados, consideramos que os desdobramentos das respostas são fundamentais para compreendermos a seleção das temáticas dialogadas em sala de aula. Questionados sobre quais as religiões que seguiam, todas as respostas positivas sobre a visualização das suas práticas em sala de aula estavam voltadas para as religiões cristãs, como o catolicismo e os protestantismos¹². Todos os discentes que se intitularam de outras práticas responderam as indagações de forma negativa.

Deve-se compreender que as religiões estão presentes nos espaços escolares, com a geração de debates e conflitos que precisam ser trabalhados pelos educadores, especialmente, aqueles ligados às humanidades. Com a proposta é possível uma maior conscientização sobre o respeito à diversidade, às alteridades e a superação das diversas formas de intolerâncias (LINS; CRUZ, 2017).

A afirmativa também é reconhecida pelos discentes, uma vez que percebem a importância dos debates para a formação como indivíduos atuantes na sociedade. Entre as respostas coletadas para o questionamento que indagava sobre a importância dos debates relativos a religiões no componente curricular de História, conseguimos colher afirmações como: “[...] é melhor para as pessoas que não são entendidas na religião e procurar a entender e saber respeitar cada religião que existe”, “Acho importante para que haja respeito, discussões a respeito da religião”, “Porque ao estudarmos elas iremos entendê-las e entrar em combate contra a

¹² Utilizamos o termo no plural para identificar os vários desdobramentos do protestantismo. (BELLOTTI, 2010).

intolerância religiosa” e “Para que no futuro não se tenha discriminação com outras religiões”.

Sendo assim, para a melhor condução das suas práticas, o docente deve elaborar um planejamento a partir das experiências e vivências dos seus discentes, transformando-os em agentes da produção do conhecimento, compreendendo como as regionalidades, as práticas devocionais particulares de seu grupo e os movimentos religiosos (festas, tradições religiosas, calendário litúrgico, etc.) movimentam a vida da comunidade na qual a escola está inserida, criando um ambiente de reconhecimento da diversidade, de reflexão sobre si e sobre o outro, respondendo assim às demandas inseridas na BNCC. De tal modo, as religiões serão compreendidas como um produto culturalmente determinado e não como um fenômeno universalizante.

Como princípio científico, a História e consequentemente o Ensino de História, têm como fundamento as propostas com base na problematização dos conceitos e das narrativas sobre os eventos. Frente aos desafios do mundo contemporâneo em constante mudança, enquanto docentes, precisamos contribuir para a melhor compreensão das variáveis sociais e culturais (THEODORO, 2015). Desta forma, no trabalho com as religiões e o ensino da História, é fundamental adotar o princípio do questionamento dos modelos previamente impostos, para que possamos construir um debate plural.

Considerações finais

Consideramos que os debates religiosos são fundamentais para a construção das identidades, o combate às intolerâncias e o fortalecimento de uma sociedade plural. Como um espaço de formação, tais discussões não podem ser excluídas dos espaços escolares, especialmente, por ser uma temática que tem a capacidade de ser utilizadas por diversos componentes educacionais. Também visualizamos que os debates sobre as religiões, em uma perspectiva plural, reforma o conceito de laicidade no ambiente escolar no tempo presente, onde parte das diversas formas de preconceitos e violências é justificada por diferenças religiosas.

Para que os debates sobre a História das Religiões não assumam posicionamentos devocionais, as discussões devem ser realizadas de modo plural, reconhecer a sua historicidade e negociações com a cultura. Sendo assim, é preciso compreender que não existe religião superior, mas todas possuem especificidades e importância para a concepção da História.

Mesmo com a importância do componente curricular de História para um debate sobre as religiões, enfatizamos que na educação básica, tal disciplina não pode ser vista como a única responsável por este debate. Como um tema que também se constitui transversal, outros componentes curriculares possuem meios para que estes debates não sejam tratados como sensíveis, mas contribua com a “humanização” da sociedade.

Será a partir de um trabalho de constante formação dos docentes, atualização dos materiais didáticos e os diálogos com os membros que constituem a educação básica que conseguiremos inserir as discussões sobre as diversas religiões no contexto escolar. Tal prática terá um impacto fundamental para a construção de uma sociedade com menores índices de violência por distinções de práticas religiosas.

Fontes

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao&view=noticia>. Acesso: 10/11/2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio 2016**. Prova de Redação e de Linguagens, códigos e suas tecnologias. Prova de Matemática e suas tecnologias. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2016/CAD_ENEM_2016_DIA_2_07_AZUL.pdf. Acesso: 09/010/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade 4439**. Relator: Luís Roberto Barroso. Petição inicial. Procuradoria-Geral da República, 2010a. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=3926392>. Acesso: 05/12/2019.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso: 06/12/2019.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso: 05/07/2019.

Referências Bibliográficas

AGNOLIN, A. **História das Religiões:** perspectiva histórico-comparativa. São Paulo: Paulinas, 2013.

ARAGÃO, G. de S. Apresentação. In: JUNQUEIRA, S. R. A. et. al. (Org.). **Compêndio do Ensino Religioso.** São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

BELLOTTI, K. K. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História: Questões & Debates**, 55, Jul. – Dez. 2011, pp. 29-30. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/26526/17686>. Acesso: 15/06/2015.

BELLOTTI, K. K. Pluralismo Protestante na América Latina. In: SILVA, E. M. da. et. al. (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina.** São Bernardo do Campo: Editora UMESP, 2011.

BENATTE, A. P. A História Cultural das Religiões: contribuições a um debate historiográfico. In: ALMEIDA, N. de B.; SILVA, E. M. da (Org.). **Missão e Pregação:** a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014. p. 63.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre Práticas e Representações.** Lisboa: DIFEL, 2002.

CHARTIER, R. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 173 – 191, n° 11 (5), 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso: 24/11/2017.

CUNHA, L. A. O Sistema Nacional de Educação e o ensino religioso nas escolas públicas. **Educação & Sociedade**, jul.-set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/14.pdf>. Acesso: 07/08/2019.

FIGUEIRA, E. Por que ensinar sobre religião na sala de aula? Uma abordagem pragmatista face ao ensino religioso. **Revista Brasileira de História das Religiões**, mai. 2008, p. 149. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26632/14275>. Acesso: 10/08/2019.

FREITAS, E. M. L. M. de. Base Nacional Comum Curricular do Ensino Religioso: primeiro passo para os percursos da aprendizagem dessa área do conhecimento. **Último Andar**, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ultimoandar/article/view/29726>. Acesso: 10/11/2019.

JUNQUEIRA, S. R. A. Introdução Geral. In: JUNQUEIRA, S. R. A. et. al. (Org.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LINS, E. S.; CRUZ, J. S. da. Objeto de Estudo, Objetivos e Eixos do Ensino Religioso na Sabe Nacional Comum Curricular. In: JUNQUEIRA, S. R. A. et. al. (Org.). **Compêndio do Ensino Religioso**. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

MASSENZIO, M. **A História das Religiões na Cultura Moderna**. São Paulo: Hedra, 2005. p. 149.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. Por uma História Prazerosa e Consequente. In: KARNAL, L. (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2015.

QUEIROZ, C. Estratégia Corporativa. Presença evangélica no Legislativo triplica de tamanho a partir do patrocínio de grandes igrejas. **Revista FAPESP**, São Paulo, nº 286, ano 20, 20 – 21, dez. 2019a.

QUEIROZ, C. Fé Pública. Pesquisadores locais e estrangeiros buscam compreender crescimento evangélico no Brasil, o maior do mundo. **Revista FAPESP**, São Paulo, nº 286, ano 20, 13 – 19, dez. 2019.

RODRIGUES, R. L. A liberdade religiosa como direito à transcendência. **Jornal da UNICAMP**, Campinas, 25/03/2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/artigos/direitos-humanos/liberdade-religiosa-como-direito-transcendencia>. Acesso: 25/03/2019.

SANTOS, M. S. dos. **Religião e demanda: O fenômeno religioso em escolas públicas**. (Tese de Doutorado), UNICAMP, Campinas, Brasil, 2016.

SILVA, E. M. da. Introdução. Religião: da fenomenologia à História. In: SILVA, E. M. da et. al. (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

SILVA, E. M. da. Estudos de religião para um novo milênio. In: KARNAL, L. (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 206.

SILVA, E. M. da; KARNAL, L. **O Ensino Religioso na escola pública do Estado de São Paulo**. Vol. 01. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação, 2002. p. 09.

SILVA, M. “Tudo que você consegue ser” – triste BNCC/história (a versão final). **Ensino em Re-Vista**, Uberlândia, v. 25, 2018, pp. 1007-1012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/46454/24951>. Acesso: 07/12/2019

THEODORO, J. Educação para um Mundo em Transformação. In: KARNAL, L. (Org.). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2015.